

# GEOPOLÍTICA MUNDIAL EM MUDANÇA TRAZ NOVOS DESAFIOS E EXIGÊNCIAS



■ Os desafios colocados por um novo ordenamento geopolítico mundial em andamento acelerado, agora à boleia da nova administração dos Estados Unidos da América (EUA), prometem trazer novos desafios às empresas e aos mercados a nível internacional. Aos mesmos não escapam a União Europeia e, claro, Portugal, geografia tradicionalmente aliada dos norte-americanos, mas que na lógica da entourage política de Donald Trump é hoje apenas concorrente na 'batalha' global da economia.

Para a advocacia mais vocacionada para dar apoio às empresas, este será também um contexto desafiante, sobretudo tendo em conta que a atual conjuntura continua a ser marcada pela guerra na Ucrânia, três anos passados após a invasão pela Rússia, ou pelos confrontos no Médio Oriente, entre outros conflitos

espalhados pelo mundo. Ainda assim, nem tudo são más notícias para este mercado setorial em 2025. A recuperação de áreas como a das fusões e aquisições [ver artigo sobre este tema nas páginas deste In-Lex] e a capacidade para atrair investimento estrangeiro são aspetos que dão alento e criam expectativas positivas.

Estamos, com grande probabilidade, a iniciar um capítulo novo pós globalização, em que as economias mais abertas e com mercados internos mais limitados, como é o caso de Portugal, serão afetadas, defende um *player* do setor da advocacia empresarial, citado pelo Jornal de Negócios. Em sua opinião, ao nível do impacto que poderá sentir-se na União Europeia, as estimativas apontam para uma contração do Produto Interno Bruto generalizada, com impactos diferentes consoante

a economia, podendo a Alemanha, o motor europeu, sofrer particularmente neste aspeto.

Relativamente ao caso concreto de Portugal, os Estados Unidos são hoje o quarto mercado de destino das exportações nacionais, essencialmente de bens e não de serviços, pelo que o agravamento das tarifas de entrada no mercado norte-americano vai certamente ter um impacto negativo. Ainda assim, tendo em conta o perfil das nossas vendas ao mercado norte-americano - sobretudo matéria-prima e componentes e não produto final - há espaço para que o impacto seja mitigado.

Quanto às consequências diretas das tarifas aduaneiras prometidas pela administração de Donald Trump na economia portuguesa, vários especialistas citados pelo Negócios concordam que não serão particularmente penalizadoras, tendo em conta a nossa estrutura produtiva e destinos das nossas exportações. Ainda assim, esta possibilidade é considerada preocupante pelo efeito indireto, na medida em que se retraia o comércio mundial e logo a dinâmica aquisitiva dos nossos parceiros comerciais, como a Alemanha, França ou Espanha.

Onde há dificuldades há também oportunidades, admitem alguns assessores jurídicos de empresas. Segundo adiantam, as medidas do novo governo americano não se limitarão seguramente a aumentar as tarifas cobradas sobre os bens produzidos fora dos Estados Unidos. Incluirão outros mecanismos de estímulo económico que poderão representar oportunidades para os operadores portugueses. Desde logo, apontam para o setor tecnológico, no qual o nosso país se tem procurado afirmar como um 'hub' a nível europeu. Sobre este ponto, lembram que os EUA e os investidores americanos têm sido parceiros importantes no crescimento e afirmação das nossas 'start-ups' e sublinham o conjunto de figuras proeminentes do ecossistema americano a assumir papéis relevantes junto da nova administração norte-americana. ...

**"AS PREOCUPAÇÕES  
RELACIONADAS COM  
A CIBERSEGURANÇA,  
CIBERDEFESA E PROTEÇÃO  
DE DADOS FAZEM  
ANTEVER TAMBÉM NOVAS  
OPORTUNIDADES E UM NOVO  
IMPULSO NO SETOR DA  
ASSESSORIA JURÍDICA."**

**SETORES DINÂMICOS DESTACADOS**

Apesar de todos os desafios que o novo ano encerra, os *players* do setor acreditam que Portugal tem potencial para atrair investidores. É destacado o dinamismo de alguns setores como o financeiro, na área da gestão de ativos, imobiliário, energia, telecomunicações e infraestruturas. Tal irá manter-se em 2025, acreditam os advogados chamados pelo Negócios a perspetivar o comportamento do

mercado ao longo deste ano, que esperam também uma recuperação do mercado mais proveitoso em termos financeiros para o setor, o das fusões e aquisições. Transações, como a privatização da TAP e a venda do Novo Banco prometem ajudar.

Há ainda potencial para mais negócios no mercado nacional e os escritórios de advocacia sabem que terão de se adaptar. O setor da assessoria jurídica às empresas em 2025 enfrentará uma combinação de desafios resultantes da intensificação do contexto regulatório, destacam alguns *players*. Nesta linha de raciocínio, apontam para a inteligência artificial generativa e o cumprimento das métricas ESG (*Environmental, Social and Governance*), que continuarão na ordem do dia.

As preocupações relacionadas com a cibersegurança, ciberdefesa e proteção de dados fazem antever também novas oportunidades e um novo impulso no setor da assessoria jurídica. São ainda de esperar níveis de atividade interessantes nos setores de energia, infradigital, transportes, banca, imobiliário e reestruturação de dívida.

Face a esta nova realidade geopolítica em

construção e tendo em conta as tarifas prometidas por Donald Trump, os desafios com que o mercado se defrontará em 2025 serão muitos e as sociedades de advogados podem ter um papel essencial. Desde logo, na identificação, levantamento e revisão das medidas protecionistas que sejam aprovadas, porque não afetarão por igual todos os setores e empresas. Estas medidas, em conjunto com outras políticas, designadamente de desregulação da economia e de levantamento de entraves à concentração de empresas, podem fomentar operações de concentração e de consolidação e podem fazer crescer o volume de fusões e aquisições e de operações de mercado de capitais, afiançam alguns especialistas em declarações ao Negócios.

Projetar o comportamento do mercado da advocacia societária em 2025 é desafiante, mas segundo os atores que nele trabalham há oportunidades. E nestas deve também incluir-se, à semelhança do que sucedeu em 2024, a execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que necessariamente ajudará a atividade económica nacional, o que, na prática, é uma boa notícia para o mercado da prestação de serviços jurídicos. ■

